

SUMÁRIO

.....

PARTE I

LEI DO CRIME ORGANIZADO (LEI N. 12.850/13)

Capítulo 1 – ESCORÇO NORMATIVO	25
1. Contextualização histórico-legal.....	25
2. Quadro sinótico.....	28
3. Lei n. 12.850/13: definição de organização criminosa.....	34
4. Quadro sinótico.....	40
Capítulo 2 – CONCEITUAÇÃO LEGAL	41
1. Conceito de organização criminosa	41
2. Quadro sinótico.....	44
Capítulo 3 – ESPECIFICIDADES	45
1. Características das organizações criminosas	45
2. Quadro sinótico.....	48
3. Aplicação extensiva da Lei n. 12.850/13.....	48
4. Crimes em espécie na Lei de Organização Criminosa	52
5. Quadro sinótico.....	57
Capítulo 4 – PENA E EFEITOS DA CONDENAÇÃO	59
1. Causa de aumento de pena.....	59
2. Circunstância agravante: comando da organização criminosa...61	

3. Demais causas de aumento de pena: art. 2º, § 4º, I a V	62
4. Afastamento cautelar de funcionário público envolvido.....	67
5. Perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo	68
6. Índícios da participação policial em organizações criminosas ...	71
7. Cumprimento de pena em estabelecimentos de segurança máxima.....	72
8. Impedimento de progressão e benefícios prisionais	73
9. Causas de aumento/diminuição de pena de leis correlatas	74

Capítulo 5 – OBSTRUÇÃO DE JUSTIÇA (EMBARAÇAMENTO DE INVESTIGAÇÃO)..... 77

1. Quadro sinótico.....	77
2. Do crime de “obstrução de justiça” (embaraçar investigação)....	77
3. Exemplos de obstrução de justiça	79
4. Análise do tipo penal (sujeitos, objeto, classificação).....	80
5. Previsão normativa internacional e jurisprudência do STF	82
6. Obstrução de Justiça x coação no curso do processo	85
7. Obstrução de Justiça x fraude processual	86
8. Obstrução de Justiça x exploração de prestígio.....	87
9. Obstrução de Justiça e prisão preventiva	87
10. Quadro sinótico.....	89

Capítulo 6 – COLABORAÇÃO PREMIADA.....91

1. Da investigação e meios de obtenção da prova	91
2. “Colaboração judicial” na Itália: origens do instituto.....	92
3. “Colaboração premiada” nos Estados Unidos da América.....	99

4. Delação e colaboração premiadas: origens e evolução	102
5. Quadro sinótico de normas correlatas	107
6. Delação e colaboração premiadas: diferenças	107
7. Colaboração Premiada: natureza jurídica.....	113
8. Negócio jurídico processual.....	114
9. Pressupostos de validade da colaboração premiada	124
10. Meio de obtenção de prova	125
11. Início das tratativas para formalização do acordo	129
12. Do sigilo sobre os termos do acordo	130
13. Do indeferimento sumário das negociações	133
14. Termo de Confidencialidade (NDA).....	134
15. Instrução no acordo de colaboração premiada	136
16. Assistência jurídica.....	137
17. Da não participação judicial nas negociações.....	139
18. Colaboração premiada ordinária: requisitos	140
19. Quadro sinótico sobre Colaboração premiada ordinária	141
20. Colaboração premiada privilegiada (ou especial): requisitos	142
21. Quadro sinótico: colaboração premiada privilegiada.....	144
22. Cláusulas gerais orientativas da decisão	145
23. Momentos e legitimados para formalização do acordo.....	147
24. Quadro sinótico	150
25. Competência judicial para homologação do acordo	151
26. Quadro sinótico.....	153
27. Juízo de regularidade, legalidade e voluntariedade.....	154

28. Benefícios legais decorrentes da colaboração premiada	160
29. Direito subjetivo do colaborador aos benefícios pactuados	161
30. Postergação de oferta da denúncia/suspensão processo	170
31. Princípio da Corroboração (valor probante das declarações)....	170
32. Consequências jurídicas da não celebração do acordo	171
33. Vedação de impugnação por terceiros delatados	175
34. Recusa na homologação judicial.....	177
35. Recurso cabível contra recusa na homologação	178
36. Retratação do acordo e não autoincriminação	179
37. Direito do delatado de se manifestar após o colaborador	181
38. Medidas vedadas por lei com base na colaboração	183
39. Da não vedação de medidas cautelares probatórias	184
40. Rescisão do acordo de colaboração.....	188
41. Retratação, rescisão e anulação: diferenças	189
42. Direito de arrependimento após a homologação judicial	192
43. Direitos do colaborador	193
44. Termo de acordo de colaboração premiada: conteúdo	194
45. Disposições finais sobre colaboração premiada	196
Capítulo 7 – Ação Controlada	199
1. Da ação controlada: conceito	199
2. Amplitude da ação controlada x flagrante esperado	200
3. Procedimento da ação controlada	203
4. Desnecessidade de autorização judicial.....	203

Capítulo 8 – Ação Controlada	207
1. Infiltração de Agentes e ação controlada.....	207
2. Quadro sinótico.....	209
3. Entrega vigiada: modalidade de ação controlada.....	209
4. Ação controlada: exceção à prisão em flagrante.....	211
5. Pressupostos e requisitos da ação controlada.....	212
6. Quadro sinótico sobre ação controlada.....	213
7. Ação controlada na Lei de Lavagem de dinheiro	214
Capítulo 9 – Infiltração de agentes	215
1. Infiltração de agentes (<i>undercover agent</i>): conceito.....	215
2. Natureza jurídica da infiltração de agentes	221
3. Procedimento de infiltração	222
4. Requisitos para a infiltração	223
5. Quadro sinótico sobre infiltração policial	228
6. Infiltração virtual policial	228
7. Competência em relação aos delitos virtuais.....	233
8. Espécies de infiltração	233
9. Quadro sinótico: espécies de infiltração	234
10. Fases da infiltração	234
11. Responsabilidade Penal do Infiltrado	235
12. Infiltração da Lei n. 11.343/06 (Lei Antidrogas).....	237
13. Quadro sinótico: infiltração nas leis especiais	238
14. Caráter complementar da infiltração	238

15. Infiltração policial no ECA e crimes sexuais	239
16. Infiltração policial e sigilo	244
17. Infiltração policial e flagrante	246
18. Validade dos elementos colhidos na infiltração policial	246
19. Agente infiltrado e agente provocador	247
20. Quadro sinótico: diferenças	248
21. Outras normas que admitem infiltração policial	248
22. Infiltração policial e coexistência com outros instrumentos ...	249
23. Direitos do agente infiltrado	250

Capítulo 10 – Captação Ambiental.....251

1. Captação ambiental: constitucionalidade	251
2. Captação ambiental: natureza jurídica.....	252
3. Captação, interceptação e escuta ambientais: conceitos.....	254
4. Procedimento de captação ambiental	258
5. Nova sistemática normativa da captação ambiental	259
6. Quadro sinótico: nova sistemática da captação ambiental.....	261
7. Captação ambiental em locais públicos	261
8. Mídias digitais: Youtube, Instagram, TikTok etc.....	264
9. Artigo 28 da Lei n. 13.869/19	266
10. Quadro sinótico: captação ambiental.....	267

Capítulo 11 – Acesso a registros telefônicos e dados cadastrais..269

1. Acesso a registros telefônicos e dados cadastrais.....	269
2. Da requisição judicial de registros de internet: Lei 12.965/14..	273

3. Obtenção de dados de localização: Google e Facebook	274
4. Acesso à “bilhetagem”	277
5. Acesso a “ERBs” (estações rádio-base)	281
6. Quadro sinótico.....	282
Capítulo 12 – Intercepção telefônica.....	283
1. Intercepção de comunicações telefônicas e telemáticas.....	283
2. Requisitos e procedimento da intercepção telefônica	285
3. Perícia de confronto de voz	290
4. Desnecessidade de juntada de transcrições integrais	293
5. Prorrogação da intercepção telefônica	295
6. Fundamentação <i>per relationem</i>	299
7. Intercepção telefônica x sigilo de profissão	300
8. Intercepção telefônica executada pelo Ministério Público ...	304
9. Intercepção e compartilhamento: validade.....	306
10. Incompetência de jurisdição: validade da intercepção	308
11. ADI 4145: inconstitucionalidade da Resolução 59/08 do CNJ ..	309
12. O encontro fortuito de provas (princípio da serendipidade).....	310
13. Intercepção de mensagens de aplicativos: whatsapp.....	315
14. Necessidade de preservação da cadeia de custódia	319
15. Acesso às mensagens por decisão judicial de busca e apreensão	320
16. Autorização do proprietário do aparelho	320
17. Atendimento de chamada durante prisão: legalidade	322
18. Espelhamento de whastapp web	323

Capítulo 13 – Interceptação telemática..... 327

1. Interceptação telemática (de e-mails) 327
2. Acesso a E-mails corporativos..... 329

Capítulo 14 – Quebra de sigilos financeiro, bancário e fiscal..... 337

1. Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal 337
2. Conceito de informações financeiras, bancárias e fiscais..... 338
3. Tratamento normativo do sigilo bancário..... 338
4. Autoridades fiscais e sigilo: tema 225 do STF..... 342
5. CPIs: poder para decreto de quebra de sigilo bancário 344
6. Ministério Público: vedação à quebra de sigilo bancário 347
7. (COAF) e MP: compartilhamento de informações sigilosas..... 349
8. MP: acesso direto em caso que envolva dinheiro público..... 350
9. Crime de quebra ilegal de sigilo bancário..... 350
10. Requisitos para quebra de sigilos bancário, financeiro e fiscal 351

Capítulo 15 – Cooperação 353

1. Cooperação entre instituições..... 353
2. Crimes ocorridos na investigação e obtenção da prova 356
3. Artigo 18 da Lei n. 12.850/13..... 358
4. Artigo 19 da Lei n. 12.850/13..... 360
5. Artigo 20 da Lei n. 12.850/13 362
6. Artigo 21 da Lei n. 12.850/13..... 363
7. Rito procedimental da Lei n. 12.850/13..... 366
8. Lei n. 12.850/13 e cabimento da prisão preventiva 368

9. Sigilo da investigação criminal (art. 23 da LCO).....	371
10. Direito à prévia vista dos autos por 3 dias.....	377
11. Organização criminosa x associação criminosa	377
12. Quadro sinótico: associação criminosa.....	381
13. Organização criminosa: fatiamento de denúncias.....	382
14. Lei n. 12.694/12 – julgamento colegiado	382
15. Tipos de julgamentos afetos à Lei n. 12.694/12	387

PARTE II

LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI FEDERAL N. 9.613/98)

Capítulo 16 – Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei Federal n. 9.613/98).....	395
1. Origem histórica da Lavagem de dinheiro	395
2. <i>Nomen iuris</i>	398
3. Conceito	399
4. Lavagem de dinheiro em cadeia	401
5. Finalidade legislativa com o crime de lavagem	401
6. Leis n. 9.613/98 (1ª geração) e 12.683/12 (3ª geração).....	402
Capítulo 17 – Normatização internacional.....	407
1. Convenção de Viena	407
2. Declaração da Basileia.....	408
3. Convenção de Estrasburgo	410
4. Convenção de Palermo	411
5. Convenção de Mérida.....	412

Capítulo 18 – Normatização brasileira	415
1. Normatização administrativa do tema	415
2. Bem jurídico tutelado: correntes doutrinárias	434
3. Lavagem de capitais e rol aberto (<i>numerus apertus</i>)	437
4. Classificação do Crime de Lavagem.....	439
5. Características do Crime de Lavagem.....	445
6. Conflito intertemporal de leis	446
Capítulo 19 – Tipos de Lavagem	449
1. Tipos da Lavagem.....	449
2. Etapas (fases) da Lavagem	449
3. <i>Placement</i> (colocação).....	450
4. <i>Layering</i> (dissimulação).....	450
5. <i>Integration</i> (integração).....	453
Capítulo 20 – Sujeito ativo e tipificação da autolavagem.....	457
1. Sujeito Ativo	457
2. Autolavagem.....	457
3. Tipo objetivo.....	459
Capítulo 21 – Tipos penais extensivos.....	463
1. Tipo penal extensivo – art. 1º, par. 1º, da Lei	463
2. Art. 1º, par. 1º, I, da Lei n. 9.613/98.....	463
3. Art. 1º, par. 1º, II, da Lei n. 9.613/98.....	464
4. Art. 1º, par. 1º, III, da Lei n. 9.613/98	465

5. Art. 1º, par. 2º, I, da Lei n. 9.613/98	466
6. Art. 1º, par. 2º, II, da Lei n. 9.613/98	467

Capítulo 22 – Aumento da pena e elemento subjetivo do tipo 473

1. Causa de aumento de pena	473
2. Causa de diminuição de pena	474
3. Tipo subjetivo: dolos direto e eventual	477

Capítulo 23 – Hipóteses mais comuns de Lavagem..... 487

1. Fracionamento, estruturação ou <i>smurfing</i>	487
2. <i>Commingling</i> (mescla)	492
3. Contrabando de dinheiro (espécie)	496
4. Doleiros	496
5. Empresas de fachada e empresas fantasmas (fictícias).....	500
6. <i>Offshore</i> (paraísos fiscais).....	502
7. Aquisição de imóveis/móveis Ativos ou instrumentos monetários	509
8. Negociação fraudulenta de imóveis/móveis.....	510
9. Testas de ferro ou laranjas.....	510
10. Transferência de valores monetários	512
11. Lavagem de dinheiro na negociação de jogadores de futebol ..	513
12. Subfaturamento de notas fiscais de produtos	513
13. Doações.....	513
14. Faturamento falso em nota fiscal de serviço	515

15. Lotéricas (bilhetes premiados).....	515
16. Evasão de Divisas e Sonegação fiscal.....	515
Capítulo 24 – Competência e procedimento.....	521
1. Competência: <i>ratione materiae</i> e <i>ratione loci</i>	521
2. Procedimento processual especial.....	524
Capítulo 25 – Infração penal antecedente e responsabilização ...	529
1. Art. 2º, II – independência da infração penal antecedente.....	529
2. Tríplice responsabilidade: criminal, civil e administrativa	536
Capítulo 26 – Consumação e concurso de pessoas.....	541
1. Consumação delitiva e tentativa (<i>conatus</i>).....	541
2. Concurso de pessoas.....	543
3. Norma penal mista	544
Capítulo 27 – Apontamentos Finais	547
1. Lavagem de dinheiro e ação controlada.....	547
2. Lavagem de dinheiro: cabimento de prisão preventiva	550
3. Lavagem de Dinheiro e Bem de família	553
4. Lavagem de Dinheiro e Lei Complementar 105/01.....	554
5. Suspensão condicional do processo: art. 366 do CPP	556
6. Citação por hora certa: art. 362 do CPP.....	558
7. Fiança, Liberdade Provisória e Apelo em liberdade.....	559
8. Medidas Assecuratórias	561
9. Princípios e procedimento	562

10. <i>Fumus boni iuris e periculum in mora</i>	564
11. Sequestro	565
12. Embargos	569
13. Busca e apreensão	571
14. Arresto	573
15. Especialização e registro da hipoteca legal	574
16. Recurso contra o indeferimento de medidas assecuratórias...	576
17. Bens em nome do investigado/acusado ou terceiros	578
18. Inversão do ônus da prova para liberação de bens	579
19. Comparecimento pessoal do acusado nos pedidos de restituição	582
20. Alienação antecipada de bens	582
21. Ação controlada.....	589
22. Administração dos bens	591
23. Efeitos da condenação	595
24. Bens provenientes de crimes praticados no estrangeiro	600
25. Obrigações dos operadores financeiros (arts. 9º a 11)	605
26. COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras	611
27. Constitucionalidade no compartilhamento de informações	618
28. Disposições gerais	619
29. Jurisprudência temática do STJ: crime de lavagem de capitais.....	623
30. Jurisprudência temática do STJ: colaboração premiada.....	632
Bibliografia.....	637